

Pobreza menstrual: análise da reportagem exibida no *Fantástico* na perspectiva da metodologia do imaginário

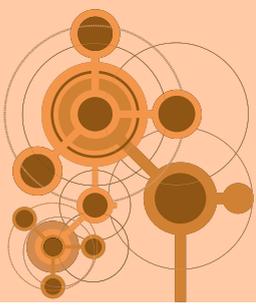
Period Poverty: analyzing *Fantástico's* report by using the imaginary methodology perspective

Pobreza menstrual: análisis del reportaje de *Fantástico* desde la metodología del imaginario



Suelen Gotardo

- Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS).
- Relações públicas.
- Pesquisadora nos estudos de gênero, feminismo e diversidade.
- Ativista na luta pelos direitos humanos.
- E-mail: Suelen.Gotardo@edu.pucrs.br



Resumo

Este trabalho reflete sobre a pobreza menstrual e a desigualdade de gênero a partir de reportagem exibida no *Fantástico*, em 2021, e sobre a influência da televisão na cristalização do imaginário social sobre a mulher. A perspectiva metodológica parte das tecnologias do imaginário e da análise discursiva de imaginários, que propõe desvelar discursos e mostrar caminhos alternativos, possibilitando debater temas complexos como os problemas de gênero por meio da interlocução entre comunicação e imaginário.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO • ANÁLISE DISCURSIVA DE IMAGINÁRIOS • TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO • POBREZA MENSTRUAL.

Abstract

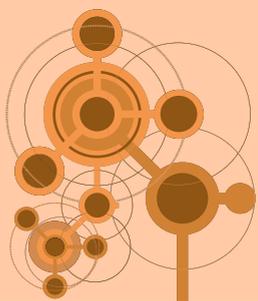
This work reflects on period poverty and gender inequality from the report shown on *Fantástico*, in 2021, and on the influence of television in solidifying the social imaginary about women. The methodological perspective starts from the technologies of the imaginary and the discursive analysis of imaginaries, which proposes to reveal discourses and show alternative paths, making it possible to debate complex themes such as gender problems by using the dialogue between communication and imaginary.

KEYWORDS: COMMUNICATION • DISCURSIVE ANALYSIS OF IMAGINARIES • TECHNOLOGIES OF THE IMAGINARY • PERIOD POVERTY.

Resumen

Este trabajo reflexiona sobre la pobreza menstrual y desigualdad de género, a partir del reportaje presentado por *Fantástico* en 2021, y sobre la influencia de la televisión en la cristalización del imaginario social acerca de la mujer. El marco metodológico parte de las tecnologías del imaginario y del análisis discursivo de imaginarios, que propone desvelar discursos y mostrar caminos alternativos, posibilitando el debate de complejos temas como la desigualdad de género mediante el diálogo entre la comunicación y el imaginario.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN • ANÁLISIS DISCURSIVO DE LOS IMAGINARIOS • TECNOLOGÍAS DE LO IMAGINARIO • POBREZA MENSTRUAL.



INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero está diretamente relacionada às expressões de violência estrutural, simbólica, física, sexual, psicológica e patrimonial, dentre outras dimensões que violam os direitos humanos e, especialmente, os direitos das mulheres. Com o fortalecimento da luta dos movimentos feministas, a pauta vem ganhando força. Como exemplo destes avanços temos a Lei nº13.104/153, de 9 de março de 2015 (Brasil, 2015), conhecida como lei do feminicídio, que enquadra o assassinato de mulheres pela sua condição feminina. Já em 2 de setembro de 2022, foi aprovada a Lei nº14.443 (Brasil, 2022), que autoriza as mulheres a realizarem o processo da laqueadura, sem o consentimento do marido, alterando assim a Lei nº9.263, de janeiro de 1996.

Contudo, é preciso muito mais para termos uma sociedade igualitária e que respeite as condições de cada pessoa. Nesse sentido, a questão que norteia a discussão deste artigo, sobre a dignidade menstrual, é também uma reflexão sobre a realidade de milhares de mulheres, meninas, e também de homens trans e pessoas não binárias em situação de vulnerabilidade social, traduzindo a desigualdade dos direitos que deveriam ser naturalmente garantidos.

O objetivo deste trabalho é explorar a temática da pobreza menstrual, pelo ponto de vista teórico e metodológico do imaginário, a partir da reportagem veiculada no dia 2 de maio de 2021, no programa *Fantástico*. Com esse recorte, percebemos que a diversidade de gênero não foi levada em consideração, resumindo-se exclusivamente à condição de mulheres e meninas cisgêneras, quando, na verdade, outros corpos englobam o debate. Para obter um resultado mais fidedigno, em relação à proposta metodológica, o artigo focará exclusivamente na discussão trazida na matéria, mesmo que entendamos a necessidade de o tema ir além da condição feminina.

Destacamos, ainda, que este trabalho é uma aproximação dos temas circunscritos na tese intitulada, provisoriamente, *O papel social da TV brasileira na cristalização de imaginários: a desconstrução da violência de gênero a partir da televisão*, que versa o debate sobre as questões de gênero.

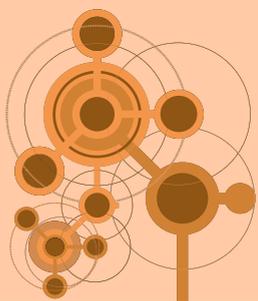
Portanto, é chegada a hora de falarmos sobre as pessoas que menstruam e, principalmente, sobre as que sofrem pela não garantia dos seus direitos básicos, uma vez que este é um problema latente e que envolve toda a sociedade. Por isso, este artigo resgata a reportagem sobre pobreza menstrual exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo, de forma a desvelar o tema pela ótica das tecnologias do imaginário e da análise discursiva de imaginários.

O PROCESSO DA MENSTRUACÃO

A menstruação é uma condição natural de corpos que possuem útero. Muitas vezes, o ciclo menstrual é resumido à condição feminina, mas vale levarmos a discussão para além das questões de gênero, já que, conforme explica Saffioti (2015, p.126), gênero está associado “à construção social do masculino e do feminino”.

Como já abordamos em outra oportunidade, “antes mesmo do nascimento do bebê, os pais já constroem os padrões da criança” (Gotardo, 2021, p.3). Matos (2015, p.68) lembra que “as culturas e sociedades são dinâmicas e se transformam, com o passar do tempo ocorrem muitas mudanças no conjunto de regras e valores que as organizam”. Com isso, o ciclo do padrão baseado no sistema patriarcal, no masculino e no feminino, mantém o seu curso e é reforçado diariamente. Matos (2015, p.69) explica que

Os estudos de gênero e feministas têm, ao menos desde os anos 1980, procurado demonstrar que há processos de construção social e política que certamente incidem sobre a forma como estão definidos os lugares para os homens e as mulheres em nossas sociedades.



É possível pensar na sociedade enquanto ditadora de regras e valores que reafirma, diariamente, esses vetores da construção social. E é nesse sentido que entendemos que a discussão sobre a violência de gênero vai além da violência física. Bonamigo (2008, p.205) comenta, por exemplo, que o termo “violência”, originado do latim “*violentia*”, está “longe de ser uma expressão neutra ou descritiva, ela está carregada de valores negativos ou positivos, vinculados à ideia de transgressão”. Na mesma linha, Misse (1999, p.38) ressalta que é importante compreender a complexidade do termo, pois “não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades”.

Sobre a violência de gênero, ainda, Arruzza, Fraser e Bhattacharya (2021, p.57) destacam que “mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida”. Para as autoras, uma das causas da violência de gênero está no sistema capitalista: “O que permite essa violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe. O que resulta disso é o reforço e a normatização desse sistema” (Arruzza; Fraser; Bhattacharya, 2021, p.59).

Gênero, raça e classe, de acordo com Schwarcz (2019, p.145), são marcadores sociais, capazes de produzir e reproduzir, “diversas formas de hierarquia e subordinação”. Nesse sentido, a autora explica que o uso perverso desses marcadores sociais resulta em manifestações de racismo, homofobia, violência de gênero, machismo, misoginia, violência doméstica e feminicídio.

Contudo, ainda que a igualdade de gênero seja discutida, alguns pontos merecem mais atenção. Um deles é o processo menstrual que acontece no corpo das pessoas que menstruam¹. “Boa parte das características atribuídas ao feminino foi desvalorizada se comparada àquelas atribuídas ao masculino”, lembra Matos (2015, p.69).

A partir da evolução dos anticoncepcionais, por volta de 1950, foi possível intervir na ovulação e alterar os ciclos menstruais. Contudo, mais de 70 anos depois, embora seja natural, esse processo ainda é tabu na sociedade. Quando o óvulo não é fecundado, as paredes do útero, que servem para sustentar o embrião, passam a descamar. Com isso, o corpo da pessoa expõe essa membrana interna, em um ciclo de cerca de 28 dias, ou seja, o ciclo menstrual.

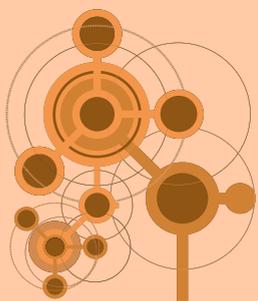
Durante esse período, a pessoa procura métodos ou produtos para estancar o sangue menstrual, tais como o absorvente, externo ou interno, o coletor menstrual etc. O mais utilizado é o absorvente. Contudo, por mais utilitário que ele seja, ainda é encarado como um produto cosmético, especialmente se levarmos em conta a sua tributação. Além disso, as propagandas publicitárias reforçam ainda mais esse imaginário de marca e grife, conforme mostra a peça publicitária representada na Figura 1.

Figura 1: Peça publicitária da marca Always



Fonte: Mahawasala (2012).

¹ É importante destacar aqui que o termo “pessoas que menstruam” é diferente de mulheres que menstruam. Isto porque não apenas as mulheres passam por esse processo, já que os homens trans, por exemplo, também podem menstruar, assim como as pessoas não binárias ou intersexuais.



O absorvente é representado como um artigo, na perspectiva de beleza e de cosmético, e seu viés utilitário não é retratado, o que acaba reforçando a tributação do produto. Mas nem todas as pessoas que menstruam possuem recursos para comprar o seu próprio absorvente. Um estudo realizado pelo Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), publicado em 28 de maio de 2021, aponta que mais de 700 mil meninas² no Brasil vivem em condições de vulnerabilidade, sem acesso a banheiro ou chuveiro em casa (Pobreza..., 2021).

Além disso, cerca de 4 milhões de pessoas “sofrem pelo menos uma privação de higiene nas escolas. Isso inclui falta de acesso a absorventes e instalações básicas, como banheiros e sabonetes” (Fundo..., 2021). A pesquisa esclarece ainda que cerca de 200 mil de jovens em idade escolar estão totalmente privadas das condições mínimas para cuidar da menstruação, não apenas em casa, mas na própria escola (Pobreza..., 2021).

Daí procede o assunto pobreza menstrual. De acordo com esse estudo, o fenômeno está relacionado a diversas questões, como a falta de acesso aos produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual, ao saneamento básico e até mesmo à coleta de lixo.

Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

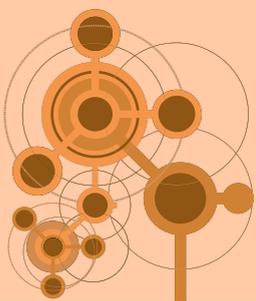


Fonte: Guia... (2017).

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável formulados na Agenda 2030 da ONU (Figura 2) é possível destacar pelo menos sete que se relacionam com a pobreza menstrual: a igualdade de gênero, a erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, educação de qualidade, água potável e saneamento, trabalho decente e crescimento econômico, além do consumo e produção responsável.

Nessa perspectiva, o estudo trazido pelo Fundo de População da ONU e do Unicef traz dados alarmantes: “Mais de 900 mil meninas estão em uma situação em que não têm acesso a água canalizada em pelo menos um cômodo dentro seu domicílio, apenas nos seus terrenos” (Pobreza..., 2021, p.22). Além disso, mais de 500 mil jovens, cerca de 3,7%, se encontram em condição de extrema vulnerabilidade, sem nenhum acesso a água em casa, enquanto mais de 700 mil não têm acesso a banheiros em seus domicílios. E até mesmo a coleta de lixo é um problema. “Mais de 3 milhões, 20% do total de meninas brasileiras, moram em casas em que não há coleta de lixo por serviço de limpeza, tendo que levar o lixo até caçambas, enterrando o lixo na propriedade ou despejando o lixo em terreno baldio”, destaca o relatório (Pobreza..., 2021, p.23). Ou seja, impossível pensar em dignidade menstrual quando levamos em consideração realidades como essas. “O fenômeno da pobreza menstrual demonstra que negligenciamos as condições mínimas para a garantia da dignidade da pessoa humana ignorando as necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade” (Pobreza..., 2021, p.26).

² Nos referimos aqui a meninas pois o estudo foi realizado somente com jovens que se identificavam com o gênero feminino.



Além das questões estruturais, econômicas e sociais, o estudo alerta também sobre o tabu que envolve o assunto, resultando em preconceito e segregação. Federici (2019, p.102) lembra que “a pobreza resultante de cortes em bem-estar, emprego e serviços sociais deveria ser considerada, em si, uma forma de violência”. Logo, a falta de informação sobre o corpo e a educação menstrual são assuntos que devem ser diariamente tratados com seriedade e atenção, especialmente pelo poder público. De acordo com a representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, Astrid Bant, “a menstruação é uma condição perfeitamente natural que deve ser mais seriamente encarada pelo poder público e as políticas de saúde” (Fundo..., 2021). Daí a importância do debate sobre a dignidade menstrual.

A TELEVISÃO COMO TECNOLOGIA DO IMAGINÁRIO

“Todo imaginário é real. Todo real é imaginário”, afirma o professor e sociólogo Juremir Machado da Silva (2006, p.7) logo no início do seu livro *As tecnologias do imaginário*. Para entender a que o autor se refere, vamos, inicialmente, conhecer algumas noções que cercam esse conceito. É importante ressaltar que o tema abarca várias interpretações, sustentadas por autores diversos, mas que, neste trabalho, resgataremos a perspectiva proposta por Silva.

O imaginário é excesso ou excedente de significado, aquilo que inconscientemente dá sentido a alguma coisa ou alguma vivência. Esse excesso mobiliza. É reservatório de sentidos e motor de ações. Ele não se dá a ver imediatamente. Está sempre por trás de discursos. Por imaginário deve-se entender aqui uma narrativa inconsciente ou uma ficção subjetiva vivida como realidade objetiva cuja formação ou cristalização permanece encoberta exigindo um desencobrimento. (Silva, 2019, p.97)

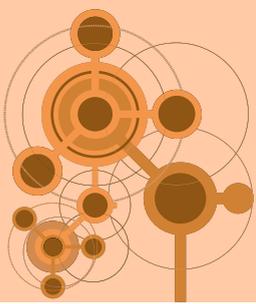
Na ótica do autor, o imaginário pode ser compreendido como essa força que excede e que dá sentido a algo, ou seja, uma camada simbólica que norteia a realidade imaginal, portanto, real. “O imaginário é um excesso, algo que se acrescenta ao real” (Silva, 2017, p.24). Assim, quando um objeto, por exemplo, remete a um valor simbólico e deixa de ser somente um objeto, estamos falando desse excedente, ou seja, o imaginário. Nessa perspectiva, “o sentido só se dá no imaginário. [...] Transforma o trivial em especial. Potencializa o banal até fazer dele o inimaginável” (Silva, 2017, p.22).

Contudo, o imaginário excede também a dimensão da individualidade, ou seja, não acontece apenas no altar particular de cada sujeito, mas pode ser compreendido e desvelado de forma coletiva. Para Silva (2006, p.13), “a construção do imaginário individual se dá, essencialmente por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (reelaboração do outro para si)”. Já o imaginário social, de ordem coletiva, “estrutura-se principalmente por contágio: aceitação do modelo do outro (lógica tribal), disseminação (igualdade na diferença) e imitação (distinção do todo por difusão de uma parte)” (Silva, 2006, p.13).

Temos então o entendimento sobre o imaginário como “um reservatório/motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e através de um mecanismo individual/grupal”, conforme explica Silva (2006, p.11). Logo, “sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo” (Silva, 2006, p.12).

E se o imaginário dá sentido aos processos simbólicos, também coletivos, pode a televisão acessar, nortear e intervir em imaginários sociais? Nesse estudo, Silva (2006) esclarece que a TV se trata de uma tecnologia do imaginário (TI). O autor define as TI como

[...] dispositivos (Foucault) de intervenção, formatação, interferência e construção de *bacias semânticas* que determinarão a complexidade (Morin) dos *trajetos antropológicos* de indivíduos ou grupos. Assim, as tecnologias do imaginário estabelecem *laço social* (Maffesoli) e impõem-se como o principal mecanismo de produção simbólica da “sociedade do espetáculo” (Debord). (Silva, 2006, p.21)



As tecnologias, portanto, irrigam e nutrem o imaginário. Silva (2006) sugere ainda algumas classificações das tecnologias do imaginário. A televisão está situada como tecnologia do imaginário industrial e informativa. As TI industriais são poluentes, pois agem diretamente na hegemonia do emissor em relação ao receptor. Já as TI informativas são os dispositivos que atuam na propagação da informação.

O autor pontua que a televisão é uma das principais tecnologias do imaginário na sociedade brasileira, o que é confirmado pelo sucesso de audiência das telenovelas e dos telejornais, entre outros programas. Sabemos que a TV, dispositivo da indústria cultural, atua também nesse sentido, ou seja, na cristalização do imaginário coletivo e social. Temos, assim, as tecnologias do controle e da inteligência, que se relacionam diretamente com a TV. As tecnologias do controle podem ser, entre outras classificações, apassivadoras, manipuladoras e persuasivas. Já as tecnologias da inteligência surgem na “memória, aprendizado, história pessoal e inserção no mundo dos outros. Nesse sentido, o imaginário é sempre uma biografia, uma história de vida” (Silva, 2006, p.57).

Percebemos, assim, a TV também como uma das tecnologias de controle; nesse caso, há a interferência direta no comando de sujeitos. Logo, para Silva (2006, p.29), “[...] o homem quer ser senhor de todas as novas tecnologias, mas acaba por servir a elas”. Portanto, a televisão pode ser identificada como propulsora, indutora, planetária etc. (Silva, 2006). Todavia, o autor alerta que o imaginário não age com manipulação. Ao contrário, trata-se de algo inconsciente e coletivo (Silva, 2003). Deste modo, entendemos que a televisão atua na formatação, cristalização e divulgação de imaginários.

REPORTAGEM DO PROGRAMA *FANTÁSTICO* DESVELA A POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

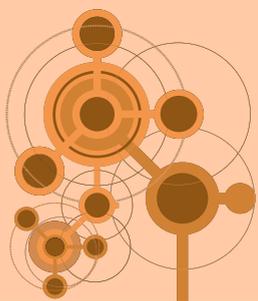
O Instituto Patrícia Galvão (Qual..., 2020) explica que a mídia influencia crenças e comportamentos, possuindo um papel importante para a formação de opinião. No caso da violência e desigualdade de gênero, ela se torna um instrumento para fomentar o debate.

Destacamos que, nesta pesquisa, entende-se a midiatização como “[...] a emergência e o desenvolvimento de fenômenos técnicos transformados em meios, que se instauram intensa e aceleradamente na sociedade”, conforme explica Fausto Neto em entrevista à *Revista do Instituto Humanitas Unisinos* (Wolfart, 2009). Assim, além de informar, a mídia possui um papel de responsabilidade social, fomentando e promovendo debates, de suma importância para a desnaturalização da violência. Sá Martino (2014, p.274) comenta que

[...] um dos conceitos recentes trazidos para o campo da comunicação, o conceito de midiatização oferece uma perspectiva de análise que supera algumas antigas dualidades – por exemplo, pensar que a mídia é parte integrante da sociedade e, por conta disso, talvez não faça mais sentido falar nas relações entre “mídia e sociedade”, mas seja importante dedicar tempo a compreender os elementos de uma “sociedade midiatizada”, na qual as práticas mais simples, como ler um texto, ouvir música ou falar com amigos, ganha dimensões inesperadas.

Assim, este artigo analisa uma reportagem que convida a sociedade ao debate acerca da pobreza menstrual. “Uma em cada quatro jovens já faltou à aula por não poder comprar absorvente”. É com a chamada para a matéria exibida em 2 de maio de 2021, no *Fantástico*, programa da Rede Globo, que iniciamos o corpus deste trabalho. O objetivo da análise, por sua vez, é dar luz a um tema velado, ainda hoje tabu na sociedade.

A reportagem começa com relatos de jovens: “Eu achei que eu estava morrendo”. “Eu percebi que havia um negócio estranho, eu pensei o que foi, Maria?”. “Eu era muito jovem e não tinha ninguém para conversar”. A apresentadora Poliana Abritta indaga:



“O que será que provoca tanto desconforto?”. Ao fundo, o título da reportagem: “Pobreza menstrual”. O programa introduz informações sobre a menstruação, mostrando que, embora seja um processo natural do corpo feminino, ainda é um tabu na sociedade. Poliana alerta que o assunto não deve ser negligenciado e precisa ser tratado como saúde pública. “Como evitar a chamada pobreza menstrual?” (Uma em cada..., 2021).

Quem assina a matéria é a jornalista Giuliana Girardi, que inicia o tema a partir de um questionamento: “Eu tenho 45 anos, mas eu vou te dizer, às vezes eu me pego pensando, será que eu posso falar isso ou não: menstruação?”. A matéria traz então a visão de especialistas, de pessoas que trabalham com jovens e meninas em escolas e hospitais. Além disso, apresenta dados e informações sobre a pobreza menstrual, além de contar com a participação de mulheres da política e de movimentos sociais que lutam diariamente pela causa.

Com mais de oito minutos, a reportagem traz, além das entrevistas e conversas, animações didáticas e dados sobre o tema, legitimando a necessidade de falar sobre o assunto. A transcrição completa da reportagem pode ser conferida em anexo³.

EXPERIMENTANDO A ANÁLISE DISCURSIVA DE IMAGINÁRIOS

Para analisar a reportagem sobre pobreza menstrual, utilizamos a metodologia da análise discursiva de imaginário (ADI), proposta por Juremir Machado da Silva (2019). De acordo com o autor, “todo imaginário é um discurso. A análise discursiva de imaginários examina o conteúdo dos discursos” (Silva, 2019, p.96). Logo, a ADI trata do imaginário enquanto discurso.

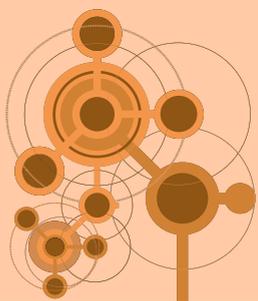
Silva (2019, p.99) comenta ainda que os discursos “são reservatórios de sentidos”, logo, “[...] uma fala é um discurso”. Relato é um discurso? Não podemos responder este questionamento, já que entendemos e legitimamos que “a essência do discurso não é discursiva, mas de imaginário” (Silva, 2019, p.100). O autor alerta também sobre os diversos tipos de discurso, dentre eles, os “persuasivos, sedutores, descritivos, judicativos, propositivos, desconstrutivos” (Silva, 2019, p.99).

Além disso, sobre imaginário, “deve-se entender aqui uma narrativa inconsciente ou ficção subjetiva vivida como realidade objetiva cuja formação ou cristalização permanece encoberta exigindo um desencobrimento” (Silva, 2019, p.97). Logo, utilizaremos a reportagem enquanto propulsora de discursos e submersa por imaginários, pois, como propõe Silva (2019, p.37), “se quiser ver o mundo em perspectiva, não faça sempre o mesmo caminho nem use sempre as mesmas lentes”.

Esta metodologia sugere elencar os tópicos emergentes (TE) presentes no discurso, ou seja, “essas pontas de icebergs que emergem do discurso como pistas dos imaginários encobertos” (Silva, 2019, p.100). Assim, iremos separar esses TE enquanto dimensões do discurso. São eles: dimensão da experiência; dimensão política; dimensão educacional e informacional; e dimensão das causas sociais (Quadro 1).

Os TE, nesse caso, servem para desvelar os discursos trazidos na reportagem. Segundo Silva (2019, p.100) “a ADI deve levar da superfície ao mais profundo em busca do imaginário por trás das ondas que se mostram como enunciados”. Assim, esta será a primeira abordagem de análise. O autor sugere alguns norteadores aos pesquisadores através das sentenças “[...] coberto, como foi recoberto, o que pode ser descoberto” (Silva, 2019, p.100).

³ Para acompanhar a análise, a pesquisadora transcreveu a reportagem. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1PGoZiBluTZxml6RnUOfcD5TlFcerMZhJ-E71s5hsUOM/edit?usp=sharing>. Acesso em: 20 fev. 2022.



Quadro 1: Tópicos emergentes

Dimensão da experiência
Dimensão política
Dimensão educacional e informacional
Dimensão das causas sociais

Fonte: Elaborado pela autora.

Através dos tópicos exibidos no Quadro 1, enxergamos a dimensão da experiência como o discurso que traz o fato à tona, no caso da reportagem, os relatos que comprovam a pobreza menstrual como um problema social existente na sociedade. Já a dimensão política se refere ao discurso argumentativo e que exige uma resposta do poder público. Por sua vez, a dimensão educacional e informacional é o discurso que busca desvelar o tema com base em dados e informações, com o intuito de compartilhar o conhecimento pelo viés educativo. Por último, o discurso que envolve a dimensão das questões e causas sociais reflete o poder dos movimentos, a voz de muitas vozes que lutam por uma sociedade mais igualitária.

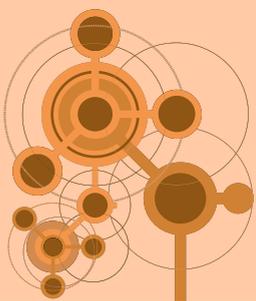
Compreendida a dimensão desses discursos, partimos para a segunda abordagem do percurso metodológico, que pergunta ao discurso “O que ele diz? De que ele diz? Como diz? Por que diz? Para quem diz? De quem diz?” (Silva, 2019, p.101). Nesse sentido, temos a classificação apresentada no Quadro 2.

Quadro 2: Pessoas e dimensão do discurso

Nome	Dimensão do discurso	Identificação
Poliana Abritta	Dimensão educacional e informacional e dimensão política	Apresentadora
Giuliana Girardi	Envolve as quatro dimensões	Jornalista, entrevistadora
Tália Francisca da Silva	Dimensão da experiência	Jovem estudante
Maria Eduarda da Silva	Dimensão da experiência	Jovem estudante
Jovem sem identificação	Dimensão da experiência	Jovem estudante
Jovem sem identificação	Dimensão da experiência	Jovem estudante
Evelly Souza Santos	Dimensão da experiência	Jovem
Edicleia Pereira Dias	Dimensão educacional e informacional	Diretora da escola
Larissa Cassiano	Dimensão educacional e informacional	Ginecologista e obstetra
Letícia Bahia	Dimensão causas sociais	Diretora executiva da Girl Up Brasil
Miriam Goldenberg	Dimensão das causas sociais	Antropóloga
Nana Queiroz	Dimensão política e dimensão das causas sociais	Jornalista e escritora
Tabata Amaral	Dimensão política	Deputada federal

Fonte: Elaborado pela autora.

A classificação proposta sugere uma análise mais detalhada dos discursos das pessoas que aparecem na reportagem, classificados de acordo com os tópicos emergentes formatados no Quadro 1. Silva (2019, p.99) explica que “esses discursos formalizados como expressão apresentam mensagens explícitas e formulações implícitas ou dissimuladas”. Logo, é importante que façamos o exercício do descortinamento, ou seja, de rasgar o tecido que esconde o discurso.



A etapa seguinte de análise consiste em dividir a reportagem em três partes: desconforto, desvelamento e revelado. Silva (2019, p.104) comenta que “dialogar com um discurso requer determinação, investigação, imaginação, persistência e liberdade de provocação”. Assim, quando falamos em desconforto, estamos nos referindo a algo que, no mínimo, força o sujeito a sair da sua zona de conforto. E é assim que os primeiros 40 segundos da reportagem, em forma de teaser, servem para desconcertar o telespectador com um tema que não costuma ser tratado publicamente. Um assunto que, até pouco tempo, era feio, sujo ou proibido. Menstruação, sangue, absorvente. Palavras ou xingamentos?

O discurso inicial de Poliana Abritta se enquadra na dimensão informacional, educacional e também política. Ele cimenta o assunto da reportagem. Após este momento, o discurso da pobreza e da dignidade menstrual está, definitivamente, público.

“Eu tenho 45 anos, mas eu vou te dizer, às vezes eu me pego pensando, será que eu posso falar isso ou não: menstruação?” (Uma em cada..., 2021). A fala informal, beirando o relato, introduz o assunto (se alguém ainda não entendeu) e serve de elo para aproximá-lo do telespectador e, sobretudo, da telespectadora.

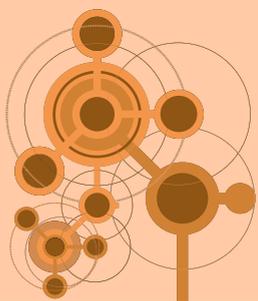
O desvelamento inicia quebrando o tabu da fala e do discurso sobre a menstruação. Quando temos os trechos “porque todo mês isso vai acontecer. Faz parte da biologia feminina” e “porque toda mulher vai passar por isso durante uns 40 anos” (Uma em cada..., 2021), o velado se (des)vela. Mexido e remexido, o tema, escondido a sete chaves, é despertado de um sono profundo, mesmo se tratando de algo tão natural e que acontece desde o surgimento dos corpos que possuem útero. Para a surpresa de muitos, as pessoas menstruam!

Os relatos trazidos no início da reportagem servem de prova real. “Porque se isso acontecer, e ela estiver sem proteção, tudo fica inviável. Sair de casa, se sentar em qualquer lugar, até ir para a escola assistir uma aula” (Uma em cada..., 2021). Está instaurada a perspectiva do estudo (e da matéria): desigualdades e violação de direitos, já que pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica sofrem mais com a desinformação e com a falta de acesso aos itens básicos de higiene. É isso que o estudo realizado pelo Fundo de População da ONU e do Unicef quer dizer. “A condição é caracterizada pela falta de acesso a recursos, infraestrutura e até conhecimento por parte das mulheres para cuidados envolvendo a própria menstruação” (Pobreza..., 2021).

As falas da diretora da escola, assim como a da ginecologista, confirmam esse estudo. Ainda que os discursos estejam em uma dimensão educacional e informacional, operam em um nível de desvelamento: de um imaginário escondido sobre a menstruação que, por trás dele, denuncia a desigualdade de gênero, a violação de direitos e as expressões de violência.

Não falar sobre a menstruação já é um jeito de falar sobre ela. A omissão demonstra preconceitos perpetuados no dia a dia. Não nomear a menstruação usando no lugar eufemismos como “estar naqueles dias”, “estar de chico”, “regras”, significa tornar invisível um fenômeno fisiológico e recorrente, além de alimentar mitos e tabus extremamente danosos às mulheres, meninas e pessoas que menstruam de maneira geral. (Pobreza..., 2021, p.5)

Outra perspectiva de análise pode ser conferida na fala da antropóloga Miriam Goldenberg. Questionada sobre o que é pobreza menstrual, Goldenberg explica que “é a falta de acesso a itens básicos de higiene durante a menstruação, por falta de informação, por falta de dinheiro para comprar os absorventes” (Uma em cada..., 2021). Importante realizar, a partir da fala da antropóloga, o exercício para compreender o que está velado nesse discurso. Percebemos que a questão econômica está diretamente ligada à desigualdade social e, conseqüentemente, à questão de gênero. Logo, esse problema se torna um dos princípios básicos por trás da pobreza menstrual e se converte em múltiplas expressões de violência, uma vez que violam os direitos humanos.



Lembramos aqui quando Butler (2021, p.8) considera “o fardo dos ‘problemas de mulher’, essa configuração histórica de uma indisposição feminina sem nome, que mal disfarça a noção de que ser mulher é uma indisposição natural”. Nesse sentido, os problemas de gênero vão além dos estereótipos e padrões propostos por uma construção social (Saffioti, 2001). Por trás dessas cortinas, encontramos ainda criações e processos de gênero (Butler, 2021).

Já o discurso da deputada federal Tabata Amaral atravessa a dimensão política. Não apresenta uma solução de fato, mas aponta caminhos possíveis para uma sociedade mais igualitária. Em sua fala, é possível identificar a prova do preconceito e do machismo estrutural, principalmente quando ela traz, por meio de publicações, falas de Abraham Weintraub no perfil do Twitter. Após a deputada propor o projeto de lei que garantia a distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos, tais como escolas, presídios e postos de saúde, o ex-ministro da educação publicou em sua rede social palavras de agressão (Figura 3).

Figura 3: Tweet de Abraham Weintraub



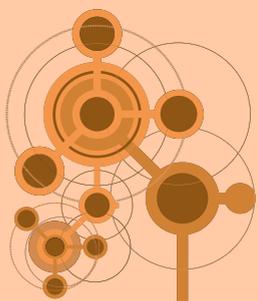
Fonte: Uma em cada... (2021).

Por fim, temos a fala da jornalista e escritora Nana Queiroz, que traz a perspectiva da pessoa presa. Seria possível criar, a partir daqui, uma outra discussão, mais profunda e complexa, sobre a questão de gênero no sistema prisional. Contudo, não foi aprofundada na reportagem e, conseqüentemente, não abordaremos neste artigo. No entanto, o discurso nos obriga a pensar na importância dos movimentos sociais e da cobrança por políticas que garantam os direitos básicos humanos, como o da menstruação. A fala de Queiroz, que versa os discursos da dimensão política e das causas sociais, nos apresenta outro universo reflexivo, onde mulheres são obrigadas a usar miolos de pão ou restos de jornal para estancar o sangue.

A jornalista Girardi explica que, atualmente, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) orienta as unidades prisionais a distribuírem kits de higiene, incluindo absorventes. Contudo, na prática, não é o que acontece. Somente em alguns estados há ações que contemplam a diversidade de gênero, como no Rio Grande do Sul, pioneiro em um projeto de produção de bioabsorventes, confeccionados pelas próprias apenadas. Segundo a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), no sistema prisional gaúcho são realizadas oficinas com as mulheres privadas de liberdade, abordando a educação menstrual e a saúde feminina. Além disso, elas passam por uma capacitação e aprendem sobre empreendedorismo feminino (Projeto..., 2022). Um sopro de esperança em meio ao caos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percoremos um caminho alternativo para refletir sobre a pobreza menstrual e, conseqüentemente, sobre a desigualdade de gênero. Como tecnologia de um imaginário submerso em processos simbólicos, escolhemos uma reportagem que traduz, de certa forma, as nossas angústias.



Foi possível, então, perceber que a televisão ainda exerce poder sobre as cristalizações das imagens e dos imaginários. Essas tecnologias operantes da sociedade midiática estimulam pautas e temas que ainda precisam ser discutidos. A desigualdade de gênero, as dificuldades e as diversas violências que envolvem o universo, sobretudo o da mulher, são temas explorados pela mídia, tanto do ponto de vista negativo quanto da banalização, como acontece com as reportagens de feminicídios e de violência doméstica.

Mas outros temas são ainda mais velados, como é o caso da menstruação. Isso foi comprovado principalmente através das falas das pessoas que participaram da reportagem em questão. Por meio da experiência metodológica da análise discursiva de imaginários, foi possível descortinar questões mais profundas. Milhares de pessoas que menstruam deixam de fazer as suas atividades por causa da menstruação, esse processo natural da condição de quem possui útero. A falta de informação, o preconceito e a vulnerabilidade econômica e social estão fortemente ligados à desigualdade de gênero e também à violência estrutural: aquela que ataca sem ser percebida e que grita sem usar a voz. Ou seja, uma violência que mata silenciosamente.

Quando, ainda hoje, um processo natural em corpos das pessoas que menstruam não tem a devida assistência do poder público, estamos diante de um problema. Quando essas pessoas têm vergonha das questões que envolvem o seu próprio corpo, identificamos a violência simbólica de gênero. Tudo isso fortalece uma desigualdade para além do gênero, com base em dispositivos de imaginários cristalizados que atuam a favor do patriarcado.

A interlocução entre comunicação e imaginário torna-se, então, uma ferramenta necessária para a construção de novos saberes, de modo a refletir sobre essas questões diariamente. Qual o papel da mídia nesse processo de desconstrução? Como a televisão, os portais de notícias e as redes sociais podem atuar na (des)padronização de gênero e de binariedade? Enquanto comunicadoras e comunicadores, temos o dever de insistir em processos que contribuam para a formação de uma sociedade igualitária, sem distinção de gênero, raça ou classe.

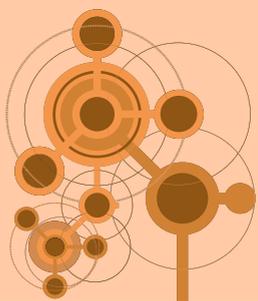
Assim, findamos um percurso de desconstrução, com um exercício que nos proporcionou experimentar o imaginário a partir de suas tecnologias, de modo a entender como acontece a cristalização de processos simbólicos, a partir, por exemplo, de uma reportagem veiculada em um programa de TV. Com isso, finalizamos as nossas discussões não com respostas, mas com questionamentos ponderáveis sobre uma sociedade ainda em transformação: qual o nosso papel, enquanto comunicadores, em relação às questões sociais? Como desvelar assuntos que merecem ser discutidos? Como contribuir com a equidade de gênero em um país com índices alarmantes de feminicídio e de violência doméstica? Como comunicar e fazer refletir sobre um tema velado? Como abordar o processo da menstruação para além do feminino, contemplando assim todos os corpos que menstruam? O exercício da resposta deve ser diário, dentro e fora das redações, isto é, no meu e no seu cotidiano, já que esse é um assunto de todos e todas e deve ser encarado com respeito e a sua devida importância.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi. *Feminismo para os 99%*: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2021.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.11, n.2, p.204-213, 2008. doi:<https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000200006>.

BRASIL. *Lei nº13.104/153, de 9 de março de 2015*. Altera o art.121 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art.1º da Lei nº8.072,



de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3UrX6EQ>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº14.443, de 2 de setembro de 2022*. Altera a Lei nº9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LvcP1C>. Acesso em: 20 set. 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.

FUNDO de População da ONU e Unicef lançam relatório sobre pobreza menstrual no Brasil. *Unicef*, Brasília, DF, 28 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UrjNZB>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GOTARDO, Suelen. Fique em casa: uma análise sobre a cobertura da violência doméstica durante a pandemia. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 44., 2021, Recife. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3LGQsql>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GUIA para CEOs sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *World Business Council for Sustainable Development*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Bucd81>. Acesso em: 20 set. 2022.

MAHAWASALA, Samantha. Saúde da mulher – Always amplia linha de absorventes. *Fashion Bubbles*, [s.l.], 12 jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3S2wkB1>. Acesso em: 20 set. 2022.

MATOS, Marlise. Construção social de gênero. *In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (org.). Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p.68-71.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

POBREZA menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos. *Unicef*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://uni.cf/3RbGi25>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PROJETO gaúcho de produção de bioabsorventes é selecionado como uma das melhores práticas brasileiras de trabalho prisional. *O Sul*, Porto Alegre, 6 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3BBH0j1>. Acesso em: 21 set. 2022.

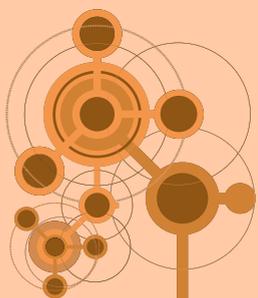
QUAL É o papel da imprensa? *Instituto Patrícia Galvão*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3UqfygX>. Acesso em: 9 abr. 2022.

SÁ MARTINO, Luís Mauro. *Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, Juremir Machado da. As tecnologias do imaginário. *In: COLÓQUIO INTERINSTITUCIONAL SOBRE IMAGINÁRIO, CULTURA E EDUCAÇÃO*, 2., 2003, Pelotas. *Anais*[...]. Pelotas: PUCRS, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3BTWAYT>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, Juremir Machado da. *Diferença e descobrimento* – o que é o imaginário: a hipótese do excedente de significação. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer*. como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2019.

UMA EM CADA quatro jovens já faltou a aula por não poder comprar absorvente, diz antropóloga. *Fantástico*, Rio de Janeiro, 2 maio 2022. Disponível em: <http://glo.bo/3f86CN8>. Acesso em: 20 set. 2022.

WOLFART, Graziela. "A midiatização produz mais incompletudes do que as completudes pretendidas, e é bom que seja assim". *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n.289, 13 abr. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3f5UAnr>. Acesso em: 9 abr. 2022.

Artigo recebido em 28/2/2022 e aprovado em 30/8/2022.